



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoliberalismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Euricléia do Rosário Galúcio¹
Breno Louzada Castro de Oliveira²

Resumo: O presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa intitulado “A Inclusão escolar de crianças com deficiência na rede Municipal de Ensino de Óbidos/Pará”. Tem como foco central investigar a Educação Especial no contexto da Amazônia Paraense, com olhar para as práticas inclusivas, objetivando analisar o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza às diferenças. Sua proposta traduz uma aspiração antiga, que é proporcionar educação de boa qualidade a todo cidadão, buscando remover barreiras de aprendizagem, criando espaços construtivos à inclusão. Nesse aspecto, destaca-se a escola, como um dos principais espaços de convivência, troca de conhecimentos e construção de cidadania. Do ponto de vista metodológico, realizou-se a pesquisa de campo, dentro de uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e documental. Dessa forma, analisamos que o processo de inclusão, ainda, é entendido como apenas a presença física do deficiente, e não como parte integrante de um todo. Poucos docentes, com auxílio de alguns pais, conseguem perceber a diferença que a inclusão escolar traz na vida do educando, vendo na escola a possibilidade real de equidade socioeducacional.

Palavras-chave: Deficiência; Inclusão; Práticas Educativas.

INTRODUÇÃO

A política educacional da Educação Especial na perspectiva da inclusão, reflete conflitivas relações no âmbito social e educacional, externando contradições no plano das ideias, da legislação e da realidade educacional.

No Brasil, buscou-se assumir a prática democrática com atributos políticos voltados para a realização humana. E aí surgem os desafios para a implementação de procedimentos a serem adotados no planejamento das ações educacionais, tanto nas secretarias de educação como nas unidades escolares.

Nesse processo, Afonso (2004) citado por Carvalho (2014), considera que a proposta da educação inclusiva envolve o papel do Estado ao articular políticas públicas que norteiem e legitimem a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular; considera que a instituição escola deve ser compreensiva na aplicação das políticas e práticas relacionadas ao alunado, que promovam sua aprendizagem e desenvolvimento; considera também a sala de aula, espaço onde

¹Mestra em Educação, docente no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: euricleia.galucio@ufopa.edu.br

²Mestre em Educação, docente no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: breno.oliveira@ufopa.edu.br



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



ocorre, predominantemente, o ensino-aprendizagem da criança. [...] onde a proposta de educação inclusiva pode traduzir-se, apenas, pela presença física de aprendizes com necessidades educacionais especiais sem as indispensáveis ações para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos os alunos. (CARVALHO, 2014, p. 47)

Esse é um quadro visualizado ao longo dos anos, uma vez que o processo de inclusão do aluno com deficiência vem sendo discutido e normatizado desde a década de 1990 no Brasil. Assim, Carvalho (2014, p. 53) acrescenta:

Focando o olhar no espaço físico da sala de aula, constatamos que, em geral, as condições estruturais dessas classes como espaços de ensino-aprendizagem ainda deixam muito a desejar. Poucos ou nenhum livro em estantes; materiais didáticos escassos, inexistentes ou incompletos; [...] ruídos de várias procedências; **A maioria de nossos professores, em especial os que trabalham em escolas públicas, queixam-se dessas condições e, principalmente, do tamanho das turmas, consideradas muito numerosas, dificultando-lhes atender as diferenças individuais de seus alunos. (grifo nosso)**

É importante destacar que a Educação Especial no contexto inclusivo é recheada de legislações, as quais nem sempre se colocam em prática. Esses preceitos regem que a inclusão do aluno com deficiência, não consiste somente na sua permanência física na escola, mas numa mudança de paradigmas que representem a ousadia de rever concepções, bem como desenvolver o potencial dos alunos, respeitando suas diferenças e necessidades.

Os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos educandos com deficiência nas classes comuns. Isso requer ações em todas as instâncias, concernentes à garantia de vagas no ensino regular para a diversidade dos alunos, independentemente das necessidades especiais que apresentem. (BRASIL, 2001, p. 29).

Em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que em seu artigo 27 do capítulo IV do Direito à Educação cita:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com Deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

A inclusão é um processo lindo e desafiador. Mas por muitos desvalorizada, mesmo com a exigência da lei. Cabe a cada sistema de ensino adequar-se à essa realidade, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade de ensino aos alunos com deficiência.

Nessa condição, questiona-se: “o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência, ocorre em consonância aos preceitos legais e pedagógicos, que garantam uma educação de qualidade, respeitando suas limitações e valorizando suas habilidades”?

O trabalho busca analisar o processo de inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública de um município da Amazônia Paraense - Óbidos/Pará , visando mapear o número de alunos, identificando as principais dificuldades enfrentadas por eles, pelos professores e familiares no âmbito da inclusão.

A política de Inclusão da Pessoa com Deficiência na rede regular de ensino, não consiste somente na permanência física desses educandos junto aos demais, mas numa mudança de paradigmas que representem a ousadia de rever concepções. Na perspectiva da inclusão, a escola regular precisa transformar-se num espaço real, de respeito às diferenças. Para isso, necessita haver uma mudança, no sentido de difundir a escolarização para todos, contextualizando a sua prática pedagógica e repensando suas dimensões técnicas e humanas.

Esse artigo é resultado de um projeto de pesquisa intitulado “A Inclusão escolar de crianças com deficiência na rede Municipal de Ensino de Óbidos/Pará”. Parte da premissa que discutir sobre inclusão escolar em nossa sociedade, ainda, envolve barreiras a serem superadas. A barreira mais difícil é o preconceito. Outras perpassam pela estrutura física e, principalmente, mudanças atitudinais. Dessa forma, percebe-se que a inclusão escolar se faz necessária a cada dia e com ela o desafio de garantir uma educação de qualidade e equidade para todos.

A inclusão implica em uma profunda transformação dentro da escola, uma vez que rompe com o preconceito, discriminação, dando uma chance para uma escola inclusiva. Em



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



outras palavras, excluir barreiras permitindo o acesso das pessoas com deficiência em todo e qualquer lugar.

METODOLOGIA

O estudo visa a pesquisa de campo e bibliográfica, em uma abordagem qualitativa. Para Marconi & Lakatos (2010, p. 269) a abordagem qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. Partindo dessa perspectiva, a abordagem tende a assumir um forte cunho exploratório e documental, valorizando os instrumentos de análise e todos os fatos colhidos na própria realidade.

Na pesquisa de campo, [...] o objeto/fonte tem seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim, diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. (SEVERINO, 2007, p. 123) No caso da pesquisa documental, segundo Severino (2007, p. 122) tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

A construção dos dados foi realizada a partir de algumas etapas de trabalho. Essas etapas foram dinâmicas e concomitantes e/ou distintas no tempo. A primeira etapa consta de um levantamento bibliográfico acerca da literatura produzida sobre a temática investigada. Para Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, pesquisas e teses etc. Esse processo fundamentou o estudo em questão.

A pesquisa foi desenvolvida nas escolas da rede municipal de ensino de Óbidos/PA, que atendem alunos com deficiência, contemplando um número de seis (06). Os sujeitos pesquisados foram os professores do Ensino Fundamental das salas regulares que têm alunos com deficiência matriculados e, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a família dos alunos inclusos na sala de aula. Também participaram como sujeitos os técnicos, gestores das escolas e da Secretaria Municipal de Educação.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Ressalta-se que anterior a realização da pesquisa, solicitou-se autorização dos pares para sua execução, preservando a identidade dos participantes.

Os instrumentos utilizados na construção dos dados, foram operacionalizados por meio da aplicação de questionários com perguntas diretas e indiretas acerca do assunto, seguindo de um roteiro previamente elaborado, além de anotações do diário de campo. A análise dos dados ocorreu por meio da seleção de categorias temáticas que nortearam o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas últimas décadas, a escola tem-se proposto a refletir sobre a inclusão de crianças com deficiência, considerando todo seu trabalho pedagógico. O atendimento desses alunos é um desafio diário, visto a diversidade da sala de aula. Na análise de Ribeiro (2003, p. 48) “O pressuposto da inclusão é que a escola ofereça oportunidades de aprendizagem a todos, indistintamente, respeitando a diversidade de sua clientela”.

É notório que a inclusão escolar não ocorre apenas por meio da matrícula do aluno, mas pela aceitação, inserção, participação, acessibilidade e aprendizagem. Ainda assim o movimento da educação inclusiva é um grande desafio na busca de uma educação que privilegie a todos com reais condições.

Nesse sentido, a escola deve caminhar rumo a uma educação de qualidade para todos os indivíduos, assim como os professores necessitam rever sua práxis pedagógica, refletindo sobre o papel social na inclusão do aluno com deficiência, a fim de garantir o seu acesso e, acima de tudo, a sua permanência no ensino regular. Silva (2012) acredita que para garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com necessidades especiais em sala de aula do ensino regular é preciso que a prática do professor seja baseada nas necessidades, nas potencialidades, e nos interesses dos alunos.

A educação especial e inclusiva deixou de ser um assunto isolado, pois as pessoas ousaram levar a temática aos espaços existentes no sistema educacional, permitindo a todos, com deficiência ou não, estarem no mesmo ambiente escolar. O processo necessário para que uma escola seja de fato inclusiva, requer que vá muito além de práticas pedagógicas eficientes



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



e leis que assegurem o acesso e a permanência de todos à educação. Exige uma busca constante por reconhecimento e o respeito pelas individualidades dos sujeitos.

Diante disso, Freire (1996, p. 30) relata a ideia de Educação para Todos. Segundo o autor, ao desenvolver a pedagogia dialógica e política, se conceitua a práxis libertadora tão defendida por ele, que nos remete na atualidade à educação inclusiva. Ele frisa uma educação para todos, sem preconceitos.

De acordo com Orrú (2017, p. 48), “a inclusão em seu decoro importuna a comunidade escolar a re-ver, re-pensar, re-criar suas formas de ser para abandonar sua estrutura organizacional perversa e excludente. Ela reclama novos modelos de promover a aprendizagem de modo que ninguém seja deixado de fora [...]”. A autora ainda assegura que em sua dificuldade de implementação, chama a atenção da comunidade escolar para que ninguém seja deixado de fora e que nenhuma solução seja simplesmente paliativa. A implementação dessas mudanças e garantias de direitos é que contribuirão para a valorização das diferenças individuais e, dessa forma, todos aprendam a conviver com a diversidade.

A pesquisa em tela, envolve seis (06) escolas³ situadas no centro e na periferia, as quais atendem alunos que moram na cidade e, oriundos da zona rural (de áreas de terra firme e várzeas) que se deslocam para a cidade em busca de uma vida melhor, encontrando na educação uma forma de mudança para sua realidade. O quantitativo de alunos com deficiência inclusos são de trinta e cinco (35) devidamente com laudo, os quais apresentam Deficiência visual (cegueira, baixa visão), Transtorno do Espectro Autista-TEA, Deficiência intelectual e Deficiência múltipla.

Quanto aos professores das salas regulares, setenta e oito por cento (78%) são do sexo feminino e vinte e dois (22%) do sexo masculino. O tempo de experiência varia de um (1) a vinte e seis (26) anos. Nenhum possui formação em Educação Especial, mas entendem sua importância para melhor desenvolver e acompanhar os alunos com deficiência, de acordo com a necessidade de cada um.

³ Número de escolas com alunos deficientes no município.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Apesar da falta de formação, vinte e dois (22%) sentem-se preparados para atuar com alunos deficientes. Setenta e oito por cento (78%) alegam não ter essa habilidade. Intuem-se um pouco perdidos pela falta de conhecimento sobre a deficiência dos alunos.

Eles destacam que as maiores dificuldades e desafios para atuar, localiza-se na falta de formação, falta de professor auxiliar para acompanhar os alunos e, salas superlotadas.

Destarte, os entrevistados afirmaram que desenvolvem atividades adaptadas de acordo com a deficiência de cada criança, por meio do planejamento pedagógico e planos de aulas com atividades diferentes e, que geralmente há uma interação entre professor da sala regular com o professor (a) do Atendimento Educacional Especializado - AEE. O processo de avaliação é realizado de forma contínua, resultando em um parecer ao final de cada semestre.

Os professores do AEE, em grande parte possuem especialização em Neuropsicopedagogia e Educação Especial, com experiência que varia de dois (02) a vinte (20) anos na área. Eles atendem, em média, de 10 a 20 alunos em cada sala de recursos multifuncionais – SRM. Esse atendimento é estendido às escolas que não possuem em sua estrutura física a sala de recursos. Sua organização é definida segundo a demanda das escolas mais próximas.

No entanto, algumas dificuldades se apresentam, como a falta de equipamentos e materiais específicos. Ocorre que, quando a escola e secretaria de educação não assumem essa demanda, os próprios professores arcam com as despesas, no intuito de atender às deficiências de cada aluno. Entende-se que esse comportamento, por vezes, estremece a profissionalização docente, uma vez que o professor assume um papel que cabe ao sistema. Por outro lado, se não houver essa atitude, pode ser que o aluno perpetue em contextos educacionais tradicionais, fortalecendo assim, o processo de segregação.

Outro ponto, se refere a participação do professor da sala regular no planejamento de ensino, situação que raras vezes acontece. No entanto, eles constantemente buscam orientações acerca de como desenvolver seu trabalho diário com os alunos inclusos. Isso fortalece ações paliativas na sala de aula, sendo insuficientes à formação escolar do educando.

A participação dos pais no processo educativo dos filhos se resume em uma minoria. Alguns, resistem em aceitar que seu filho possua uma deficiência, o que é muito prejudicial



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoliberalismo



para a criança. Em sua maioria, comparecem à escola no final do semestre, quando ocorre as reuniões de encerramento das aulas e entrega dos boletins escolares.

Entende-se que existe a necessidade de desconstruir percepções sobre o filho juntamente com a reconstrução de novos conceitos que possibilitem a compreensão da realidade e, conseqüentemente, a construção de novas idealizações (SILVA & ALVES, 2021). A partir desse preceito, pais e professores podem trabalhar em conjunto, visando melhorar o desempenho escolar da criança.

Em relação aos gestores e coordenadores pedagógicos, cinquenta por cento (50%) entendem que a escola está preparada para receber alunos com deficiência. Todavia, a outra metade destaca que ainda existem ações, as quais deveriam ser realizadas para melhorar o atendimento dos alunos, como barreiras arquitetônicas, mais rampas de acesso, formações continuadas para os profissionais da Educação Especial, adaptações e acessibilidades.

Ressalta-se que é preciso entender que essa formação não deve ser exclusiva ao profissional da educação especial, mas à todos que fazem parte da escola. E isso inclui as atitudes daqueles que transitam, cotidianamente, no interior da escola. Este é o espaço atitudinal de enorme influência na percepção social do outro e para a organização do projeto escolar. (CARVALHO, 2014)

No que se refere a qualificação profissional, observou-se uma incongruência nos discursos enunciados entre docente, gestores e coordenadores. Esses últimos argumentam que todos os professores possuem formação adequada para trabalhar com o público da educação especial, visto que são realizados encontros pedagógicos nas escolas bimestralmente, e que neles são discutidos temas relacionados a Educação Inclusiva.

No conjunto apresentado, os resultados apontam que as políticas públicas na educação especial inclusiva, no contexto amazônico (Óbidos/Pará) não ocorrem na sua plenitude como prevê os documentos federais, tais como, a Constituição Federal de 1988; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990, e; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 entre outros.

Logo, há necessidade de investimento na formação docente, estrutura física para acessibilidade; mudanças atitudinais por alguns professores, gestores e coordenadores, como



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



da própria família, proporcionando, assim, um ambiente que promova o desenvolvimento e aprendizagem de todos. É preciso adequação de espaços acolhedores, recursos pedagógicos adaptados para as necessidades específicas de cada aluno, pois só assim, a escola será, verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial, enquanto modalidade de ensino, deve acontecer de forma transversal em todos os níveis de ensino. Observou-se que na rede pública municipal de Óbidos, seu processo de inclusão desenvolveu-se tardiamente e, por vezes de forma equivocada, haja vista que a presença física do aluno com deficiência em sala de aula regular, não significa incluí-lo no processo educativo.

Ao analisar o processo de inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública de um município da Amazônia Paraense - Óbidos/Pará, observou-se que, apesar dos esforços para a realização de um atendimento com excelência aos alunos com deficiência, os resultados demonstram que, há necessidade de investimentos nas escolas, os quais possam contemplar um espaço físico adequado, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos.

A Educação Inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir direito iguais para todos, igualmente, o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos. Esse é um processo que se desenvolverá a partir de desafios a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos os educandos em escolas de ensino regular. A escola deve ser um lugar onde essas crianças desenvolvam a sua autoconfiança para que possam falar sobre seus desejos sozinhas, sem que outra pessoa diga isso por elas, construindo um futuro dentro de suas ocupações sociais, juntamente com seus colegas.

Para que o processo de inclusão realmente aconteça é importante que haja a integração sócio-afetiva e que a escola reestruture seu currículo, respeitando e se adequando às características de cada aluno, dando-lhes oportunidades e visando um ambiente inclusivo em busca de objetivos comuns, afinal a escola não é homogênea.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Nota-se a importância do professor nesse processo, pois é por meio dele que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, ofertando um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos às suas particularidades físicas e/ou cognitivas, o que existe são diferenças que precisam ser superadas.

O município de Óbidos/PA tem a responsabilidade de proporcionar formação continuada aos docentes, melhorar as estruturas das escolas para receber a demanda de alunos com deficiência, proporcionando, assim, um ambiente que promova o desenvolvimento e aprendizagem de todos. É importante que se trabalhe na intenção de solidificar as políticas de inclusão para a Educação Especial, dando condições cabíveis e exequíveis à escola, contribuindo para a formação dos alunos com vistas à sua autonomia, independência e aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília – DF, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** -6ª ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Aline Maria da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: História e fundamentos.** Curitiba, Intersaberes, 2012. Disponível em: [TRABALHO_EV137_MD7_SA100_ID786_08092020204554.pdf](https://www.editorarealize.com.br/Trabalho_EV137_MD7_SA100_ID786_08092020204554.pdf) (editorarealize.com.br). Acesso em: 09 de maio de 2023.



13 a 16 de junho
Evento Online



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

SILVA, Daniele Feiten da; ALVES, Cássia Ferrazza. **Aceitação Familiar da Criança com Deficiência: Revisão Sistemática da Literatura. Psicologia: Ciência e Profissão** 2021 v. 41 (n.spe 3), e209337, 1-15. (Disponível em www.scielo.br/pcp)

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

RIBEIRO, Maria Sprovieri. BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.